

O IMPACTO DAS PARCERIAS ENTRE A SEDUC E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA O CENTRO PAULA SOUZA: RESOLUÇÃO SEDUC Nº78/25 DE OUTUBRO DE 2024

Gisele Reis Almeida
Universidade Estadual Paulista, *Campus Marília*

RESUMO

O governo paulista tem demonstrado, nos últimos anos, ser adepto à privatização de setores e instituições públicas, bem como às parcerias público-privadas que têm impactado no funcionamento do Centro Paula Souza – uma autarquia de regime especial, criada em 1969, sediada em municípios do Estado de São Paulo. Para resistir às implicações educacionais e docentes, que tendem a se agravar, é imprescindível entender os impactos dessas políticas na educação. Sendo assim, os objetivos do artigo são a análise das recentes políticas educacionais empregadas pelo atual governo de São Paulo ao Centro Paula Souza, a análise dos efeitos das privatizações na educação e a análise das implicações da Resolução SEDUC nº 78/2024 para o Centro Paula Souza, referente a oferta da educação profissional. Este artigo foi elaborado com base na pesquisa bibliográfica para o estudo da educação profissional e das privatizações, da pesquisa documental referente a análise da Resolução e da pesquisa empírica, por meio da qual foi incluída parte de uma entrevista semiestruturada de um professor do Centro Paula Souza.

Palavras-chave: Educação; Centro Paula Souza; Resolução SEDUC nº 78/2024

Introdução

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), foi criado em 1969 pelo Governador do Estado de São Paulo, Roberto Abreu Sodré. O Centro Paula Souza tem como foco a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos (ETECs) e tecnológicos (FATECs) constantemente atualizados e adaptados às inovações e aos novos conhecimentos. Para manter essa estrutura, a escola recorre às parcerias, à reformulação dos currículos, criação de novos cursos e à adaptação flexibilizada do quadro docente. Logo, é essencial que haja o alinhamento da escola com os agentes produtivos e as instituições para a realização de pesquisas e projetos que auxiliem no avanço tecnológico do setor produtivo.

Essa perspectiva empreendedora é incentivada por muitos governos que passaram pelo Estado de São Paulo, sobretudo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A chegada do partido em 1995 contribuiu para a modificação da administração do Centro Paula Souza, o qual seguiu reproduzindo uma relação dependente ao governo (SINTEPS, 2003). Dessa forma, sob muitas agendas políticas conservadoras e estimuladas por políticas neoliberais, observa-se a adequação às reformas estruturais e a reprodução de instrumentos de controle, burocracia e avaliações padronizadas aos docentes, discentes e cursos, ocasionando no declínio da qualidade dos serviços, na dificuldade em dialogar e no direito à educação de qualidade (Marioto, 2020).

Segundo Leher (1999), a redefinição dos sistemas educacionais é resultado das reformas orientadas por países avançados internacionalmente, sob a imagem de agências e instituições financeiras.

A produção de conhecimento, em geral, se transformou em um instrumento do capital, voltado para o controle intelectual e ideológico que reafirma a dominação de uma nação sobre a outra. Desse modo, sob o domínio da iniciativa privada, a educação passa a obedecer aos empresários, tornando-se cada vez mais “independente” dos educadores, e, com isso, tendo as suas finalidades reformuladas.

A grosso modo, as políticas neoliberais são fundamentadas pelo entendimento de que o mercado dissemina uma “ordem reguladora” na sociedade, na economia e na política por meio da concorrência generalizada (Dardot; Laval, 2016). A prioridade nessas políticas é o mercado, a geração de lucro e de especulação que se concentram nas mãos dos investidores, os quais – devido à considerável influência econômica – “conquistaram” a legitimidade de interferir no funcionamento do setor público. Diante da intervenção institucional de determinadas empresas e indivíduos privados sobre os setores/serviços mais importantes para a sociedade, maiores os meios de enriquecimento a partir de direitos e políticas públicas, pelo qual angaria-se o controle social. Por isso, constituem-se em políticas interessadas na redução da intervenção estatal, no corte orçamentário, na redução de políticas e proteção social, dentre outros, para a priorização do capital financeiro.

Dessa forma, é implantada as privatizações, terceirizações, flexibilizações no trabalho, militarização de escolas e a mercantilização de setores/serviços importantes a todos os cidadãos, conforme a justificativa de “aprimoramento” da máquina pública (Oliveira, 2024). Nesse sentido, o Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) têm explicitado o seu direcionamento ao fomentar as parcerias público-privadas, pelo qual leiloou e vendeu escolas para empresas avessas ao setor educacional (Oliveira, 2024).

Através da Resolução SEDUC nº 78/25 de outubro de 2024, o governo permitiu que instituições de ensino – cuja parceria é deliberada unilateralmente pela Secretaria da Educação (SEDUC) – tenham a oportunidade de ofertar o ensino técnico, de acordo com as normas do novo currículo do ensino médio. No entanto, ao incentivar a parceria das escolas estaduais com essas instituições, na tentativa de oferecer um leque maior de opções, o Centro Paula Souza é colocado em uma posição desvantajosa e precária.

Os objetivos deste artigo são a análise das políticas educacionais do atual governo para o Centro Paula Souza, a análise dos efeitos das privatizações na educação e a análise das consequências da Resolução SEDUC nº 78/2024 para o Centro Paula Souza, referente a oferta da educação profissional. Este artigo foi elaborado através da pesquisa bibliográfica para o estudo teórico da educação profissional e das privatizações, a pesquisa documental e a pesquisa empírica, por meio da qual foi incluída uma entrevista semiestruturada de um professor do Centro Paula Souza. Espera-se que por meio deste artigo, seja possível evidenciar alguns aspectos das políticas que reverberam na gestão do Centro Paula Souza e a sua relação com o governo paulista.

Como as privatizações, terceirizações e alterações no currículo podem vir a afetar a educação? As recentes implementações do governo do Estado de São Paulo

Conforme as instituições do setor privado ocupam uma parte do espaço deliberativo do Estado, adquirem a legitimidade de criar e gerenciar políticas públicas, no qual internalizam valores, interesses, objetivos e métodos privatistas, engendrando uma **dupla** privatização (Moraes; Reis; Alencar, 2022). O ingresso desse setor na esfera pública permite a apropriação indevida de certas funções político-sociais e jurídicas do Estado, sob a forma de parcerias público-privadas, gerando a modificação de toda a administração da máquina pública para um *modelo de administração pública gerencial* (Santos; Dal Ri, 2024); (Aranha; Oliveira, 2023). Consequentemente, enfraquecem-se os direitos sociais e aumenta-se a exploração dos trabalhadores, bem como da apropriação de mais-valor, resultando no desmantelamento da barreira entre o público e o privado.

Conforme Santos e Dal Ri (2024), o modelo gerencialista também é denominado de “Terceira Via”, responsável pelo efeito de “publicização”. Embora o setor privado – enquanto entidades com ou sem fins lucrativos ou comunitário – gerencie instituições públicas sem alterar o seu caráter jurídico, é possível efetuar alterações estruturais nestas ao impor novas diretrizes, controlar o financiamento e os recursos humanos e deliberar projetos. Essas parcerias não são, veladamente, empresas privadas ou uma parte “jurídica” do Estado, contudo, funcionam tal qual o aparelho estatal. Desse modo, comprometem o acesso da maioria da população à determinados serviços, instituições e direitos que, à princípio, são deveres constitucionalmente assegurados pelo Estado.

O Governo do Estado de São Paulo, que permanece vigente no ano de 2025, é um exemplo de encorajamento à alteração na máquina pública, afetando drasticamente diversas dimensões da sociedade, sobretudo, à educação. Uma das ações empregadas foi o Programa de Parcerias em Investimentos de São Paulo (PPI-SP), no qual, privatizou a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), a empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), as duas rodovias Rota Sorocabana e Nova Raposo e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) (Oliveira, 2024). Além disso, permitiu a venda de parte da propriedade do Instituto Agrônomo de Campinas-IAC e descontinuou o financiamento do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), segundo a ADUSP (2024a).

Essas instituições do qual ofereciam os serviços públicos são referências de políticas públicas vendidas para empresas privadas, ocasionando a descontinuação, a reforma ou a criação de uma nova estrutura que tende a precarizar o acesso, à oferta e à qualidade dos serviços. A privatização justifica-se pela ineficiência do setor público, que, supostamente, contém gastos excessivos e, com isso, bloqueia o desenvolvimento progressivo do mercado, ou seja, o problema é a administração atrasada, dispendiosa e excessivamente burocrática do Estado. Para o economista Mauricio Weiss (Brasil de fato, 2024), essa

“racionalidade neoliberal” (Dardot; Laval, 2016) está articulada a uma estratégia que parte – além do discurso em torno da eficiência – da solicitação/pressão intencional pelos cortes de gastos públicos para prejudicar a ordem e o funcionamento das estatais. Assim, comprovando a sua insuficiência e gerando um argumento para privatizar.

A educação, em geral, tem sido um alvo persistente desses ataques, estando exposta a um plano – já concretizado – de privatização e de parcerias público-privadas em um **leilão** na bolsa de valores, reunindo empresários dispostos à gerenciar escolas. Além disso, foi aprovado a PEC 9/2023, instaurando um corte de gastos equivalente à R\$11 bilhões – uma redução de 30% para 25% da destinação anual da verba dos impostos para o setor educacional. A licitação para a intervenção privada no gerenciamento e na administração ocorreu em mais de 33 escolas públicas, em meio a uma série de protestos e revogações (G1 Globo, 2025).

Além das 33 escolas colocadas à leilão, outras 143 foram incluídas no plano. Em vista disso, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), esteve presente nas audiências para a aprovação desse projeto de privatização, visando impedir a proposta. Em um boletim informativo, a APEOESP parafraseia a afirmação da Deputada Professora Bebel (PT).

O atual governador, Tarcísio de Freitas, e seu secretário da Educação, Renato Feder, não estão realizando nada de positivo pela educação, assim como não vemos nada de positivo nas demais áreas. O que têm feito é implantar um regime autoritário e de assédio moral nas escolas, privatizar unidades escolares, reduzir aulas de matérias importantes, como história, geográfica, ciências, sociologia, artes, filosofia, abandonar grande parte das escolas sem manutenção e assim por diante. (APEOESP, 2025)

Nas audiências, os sindicalistas, estudantes e militantes que estiveram presentes foram expostos à forte repressão policial e muitos foram impedidos de participar. Além disso, tiveram um reduzido espaço e tempo de fala para representarem a sua defesa, contra à privatização. De acordo com a ADUSP (2024a), nem mesmo as escolas selecionadas pelo plano foram convocadas à participar, somente alguns empresários estavam presentes, o próprio governador não compareceu e enviou os seus assessores no seu lugar, ou seja, nenhuma presença foi requerida tendo em vista de que o projeto já estava em vias de consolidação.

O que esses planos para São Paulo indicam reservar para muitas escolas e setores públicos é a alta no desemprego, a desregulamentação e a insegurança trabalhista, o superfaturamento dos serviços prestados, a sobrecarga de trabalho, a queda na qualidade, dentre outras consequências. Contudo, nota-se a permanente adequação do Estado a esse novo mercado global e ao sistema gerencialista, bem como as estratégias para o beneficiamento de ruralistas, empresários e instituições financeiras que lucram com os recursos públicos. Os resultados de muitas das propostas apresentadas revela a falta de fundamentação e de comprovação de mudanças significativamente, assim como de análises críticas sobre as políticas

públicas necessárias e as condições sociais existentes, tendendo à precarizar a vida dos trabalhadores, e não melhorar.

Os impactos da Resolução SEDUC nº 78/25 de Outubro de 2024 no Centro Paula Souza

Os boletins do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (SINTEPS) demonstraram certa preocupação logo nos primeiros momentos do atual Governo de São Paulo, ao lado do secretário de educação, Renato Feder, devido aos discursos proferidos pré e pós candidatura com relação ao plano de implementar uma nova gestão no Centro Paula Souza. Serão analisados no decorrer do artigo os materiais produzidos pelo SINTEPS, a Resolução SEDUC nº 78/2024 e parte de uma entrevista cedida por um professor de uma unidade escolar ETEC. Desse modo, objetiva-se identificar a perspectiva que as políticas educacionais vêm trazendo para a educação pública paulista e para o Centro Paula Souza.

O Centro Paula Souza é uma autarquia em regime especial, criada pelo Governador Roberto Costa de Abreu Sodré, mediante o Decreto-Lei de 6 de Outubro de 1969. As escolas do Centro Paula Souza oferecem cursos técnicos e tecnológicos, direcionados ao desenvolvimento econômico nacional através da formação de profissionais para os setores produtivos, principalmente, industrial. Com isso, é construído um modelo de ensino tecnicista, acelerado e simplificado para corresponder ao “ideal” muito propagado desde a sua origem: rápido, barato e de inserção imediata no mercado de trabalho. Assim, os cursos são atualizados constantemente para contemplar as novas demandas, inovações e tecnologias do mercado. Portanto, o Centro Paula Souza é uma “obra” feita pelo e para o Estado de São Paulo, sendo uma das escolas mais disseminadas em seu território.

Segundo Lima, Quintino e Batista (2018), as reformas educacionais foram encabeçadas por agências e instituições multinacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais passaram de uma *influência externa* – sediada nos países mais “avançados” dentro da ordem política e econômica mundial – para o cargo de verdadeiros *reguladores* e *criadores* de políticas públicas educacionais. Sob a forma de “orientações”, essas medidas passaram a ser muito encorajadas ao longo da década de 1990 no Brasil, tendo como objetivo a modernização da administração pública e de um modelo gerencialista para o setor educacional.

Para Lima, Quintino e Batista (2018), a educação profissional foi muito atingida por esses novos parâmetros educacionais, resultando em um distanciamento da função mais profícua da educação com a formação humana e com o ensino técnico e tecnológico – conforme a proposta destes ensinos – para a adequação à lógica mercantilizadora. O “pensamento” neoliberal ou mercantil não se restringe à esfera econômica ou educacional, é capaz de modificar toda a sociedade, incluindo a própria subjetividade dos indivíduos, por isso não deve ser reduzida à “regras econômicas”, mas, ao próprio modo de viver. As instituições – principalmente, educacionais – foram compulsivamente inseridas nas reformas.

O Centro Paula Souza passou por diversos embates antes mesmo da criação do sindicato em 1993, devido ao movimento de implementação das reformas e dos novos projetos para o ensino técnico e tecnológico – representando, respectivamente, as unidades de ensino ETECs e FATECs. Contudo, as reformas obtiveram continuidade sob diversas formas, legislativas ou não.

Como mencionado anteriormente, desde o início da candidatura do governador atual o SINTEPS afirma temer pelas ações que viriam a acontecer devido à constatação de que o Centro Paula Souza não seria devidamente valorizado pelo governo (SINTEPS, 2023a). O objetivo do governo com a Resolução nº 78/2024 foi formar uma “rede paralela” ao Centro Paula Souza para a oferta do ensino técnico ligada a rede de ensino estadual. A justificativa, de acordo com o sindicato (SINTEPS, 2023a), foi transformar o ensino técnico em um dos cinco itinerários formativos, conforme previsto no novo ensino médio (Lei nº 14.945/2024). Somado à isso, houve a expansão do acesso ao ensino técnico de 100 mil estudantes em 2024, com a pretensão de aumentar para 1,5 milhão no ano de 2026 (SINTEPS, 2023b), embora não haja evidência de recursos disponíveis.

As “Escolas Técnicas Próprias”, conforme a denominação para o novo modelo de ensino técnico implementado, foram apresentadas pela SEDUC aos professores e educadores das escolas estaduais. O documento apresenta duas alternativas para a oferta do ensino técnico; o primeiro, nas escolas técnicas próprias e, o segundo, nas “escolas parceiras”. Neste último, o Centro Paula Souza já estava integrado por meio das modalidades Novotec Integrado (continuada), EJATEC (continuada) e Novotec Expresso (descontinuada), tal qual uma “escola técnica *contratada*” (SEDUC, 2023).

De acordo com os apontamentos do SINTEPS (2023b), o novo modelo de ensino evidencia o modo de contratação temporária e terceirizada de professores, o realojamento constante de turmas e de professores, a ausência de uma jornada de trabalho fixa e materiais pedagógicos pré-formulados. Assim como, escolas sendo selecionadas sem consulta prévia ou a escolha de “rejeitar” esta privatização, sem qualquer previsão de recursos e infraestrutura adequada. Os sindicalistas destacam ainda a possibilidade do *notório saber*, que também se faz presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para a formação e o trabalho docente.

Uma das principais consequências para o Centro Paula Souza é a desvalorização da autarquia e do ensino técnico e tecnológico ofertado. Aparentemente, é atribuído ao Centro Paula Souza a mesma lógica de “ineficiência” que justifica a intervenção do setor privado na gestão das escolas.

A proposta da Secretaria de Educação de criar uma nova coordenadoria para gerir as escolas técnicas precisa levar em conta que o Centro Paula Souza já desempenha essa função com qualidade, sem a necessidade de criar uma estrutura adicional, com cargos, salários e a exigência de desenvolver uma nova equipe. (SINTEPS, 2023b)

Na análise dos sindicalistas, a SEDUC não demonstrou ter realizado um planejamento adequado para a garantia da qualidade educacional e das condições docentes (SINTEPS, 2023b). Lodo, o plano de

criação da rede paralela não contribuiu, significativamente, para a melhoria das condições educacionais das escolas estaduais e do Centro Paula Souza, sobretudo por não partir da discussão com os próprios professores a respeito desse planejamento. Por esse motivo, questiona-se o que acontecerá com o Centro Paula Souza. Isto é, com outras instituições disponíveis para os cursos técnicos, o financiamento que já era escasso torna-se gradativamente contingenciado, resultando em uma precarização mais assídua e em uma resistência mais enrijecida.

De acordo com o sindicato (SINTEPS, 2023a), há o risco de uma redução cada vez maior no número de inscritos e ingressos no Centro Paula Souza, além da demissão de docentes e fechamento de cursos. Com isso, estudantes e professores podem acabar recorrendo a outras alternativas. Conforme relatado por um professor de uma unidade ETEC, o projeto do Governo de São Paulo trouxe aspectos negativos para a educação, como levar o Centro Paula Souza a não ser uma opção para muitos estudantes e professores.

O maior ataque que esse governo fez foi ampliar o ensino técnico na SEDUC. Só que você vai lá e os alunos estão em um curso técnico que não tem professor para dar aula de curso técnico, eles não têm professores para o núcleo comum. Ele [o governador] criou um curso técnico, que ele está vendendo como expansão técnica, tirando alunos que poderiam vir para uma estrutura já organizada, que é o Centro Paula Souza, para o curso técnico. Então, isso é um ataque muito grande e o que a gente tem feito, o sindicato, é justamente para barrar essa expansão do técnico. Por que a gente sabe que lá “tem, sem ter”, é um ataque direto ao Centro Paula Souza, que também vai perdendo a sua qualidade, porque a gente não tem mais aluno procurando o Centro Paula Souza.

No episódio nº 5 do Podcast realizado pelo SINTEPS, disponível gratuitamente na plataforma do Youtube, é destacado dois pontos muito importantes. A diferença entre os governos do PSDB com o atual é que, anteriormente, o SINTEPS lutava por novas conquistas – em que algumas se efetivaram –, no entanto, hoje a urgência é na *manutenção* do que já foi conquistado. A perda do que foi conquistado representa um enorme retrocesso para as lutas sindicais, demandando uma urgente postura de combate e resistência, principalmente, da união de todos os segmentos do Centro Paula Souza. Dessa forma, é possível observar um endurecimento no diálogo, na negociação e na coletividade.

Outro destaque trazido neste e nos próximos episódios é a falta de investimento e de manutenção na infraestrutura das unidades escolares. Recentemente, no período de calor intenso entre 2024 e 2025, foram feitas greves para que as salas de aulas das ETECs e FATECs tivessem, ao menos, ventiladores funcionais. Além disso, no episódio nº 6 é discutido a ausência de alojamentos, restaurantes, salas de convivência para os estudantes, políticas de permanência e auxílio financeiro para os estudantes que são, em sua maioria, trabalhadores. Sendo, portanto, condições fundamentais para o processo educativo.

O professor entrevistado lembra que desde o período de expansão de 2007 à 2010 a falta de manutenção das unidades era latente.

Então, eu seria hipócrita se eu dissesse que não chegou nada. Mas era o mínimo do investimento, o mínimo em manutenção do que já existia e muito mais em abertura de novas ETECs [...] em contrapartida, as ETECs que já existiam começaram a se sentir sucateadas. Chegavam alguns equipamentos? Chegavam, mas era mais para suporte do que para manutenção.

Em outro momento, ele relata uma situação enfrentada em sua unidade.

E esse fator [a massificação de unidades] tem um agravante, porque eles constroem outras ETECs, não dão estrutura para essas novas ETECs e, em alguns casos – porque também aconteceu na minha ETEC, por exemplo –, eu tinha um laboratório de hidráulica e de pneumática em que eu tinha mais ou menos umas 10 bancadas em cada laboratório, ou seja, se eu ia para o laboratório com 20 alunos ficavam 2 por bancada. Perfeito para eu dar uma aula prática. Hoje, eu tenho 4. Por que eles abriram uma ETEC aqui em São Paulo e pegaram nossas bancadas emprestadas para a inauguração, só que nunca mais voltou.

Em razão do contingenciamento do financiamento, que deveria dar manutenção para as unidades ao longo do ano, o docente precisa trabalhar diariamente com a escassez de materiais e de infraestrutura para as aulas. Conforme o boletim nº 122 da APEOESP (2023), o Centro Paula Souza tem representado para este Governo paulista um alto custo para os profissionais da educação técnica e tecnológica, por isso é visto formas de contratação cada vez mais barata, desregulamentada e sucateada de professores, ocasionando na “desprofissionalização dos docentes”.

Importante ressaltar que a instituição parceira é responsável pela educação profissional (organização, “fiscalização”, certificação e criação do material didático) e pelos profissionais contratados (forma de contratação, pagamento, atribuição de aulas, formação continuada e participação). Logo, essa abertura à iniciativa privada se assemelha a um organismo estranho inserido na escola, o qual delibera sobre o ensino sem ser, de fato, parte da escola. No § 1º do Art. 18 da Resolução nº 78/2024, está previsto que:

Nos casos em que a oferta seja realizada por instituição de ensino técnico parceira, a **operacionalização do itinerário de formação técnica profissional será de sua responsabilidade, abrangendo especialmente a gestão pedagógica do curso, a contratação, a atribuição e o pagamento de professores, além da emissão e registro do certificado** junto aos órgãos competentes que se refiram aos cursos técnicos. (SEDUC, 2024, grifos nossos)

Além de instaurar uma “rede paralela” de ensino, que reduz os recursos financeiros já limitados para o Centro Paula Souza, o SINTEPS (2023a) destaca ainda a tentativa de disseminar, novamente, a profissionalização compulsória e a expansão precária do ensino, feita “sem investimentos, sem estrutura laboratorial e com ínfima contratação de professores habilitados”, para, no final do curso, habilitar os estudantes – que, muitas das vezes, ainda estão passando pelo ensino médio –, para atuarem no mercado de trabalho. Portanto, permanece sendo insuficiente as políticas voltadas ao Centro Paula Souza para atender às suas necessidades, bem como a participação coletiva nas decisões que cabem à autarquia.

Considerações finais

A combinação de um governo que se posiciona de acordo com a normativa neoliberal, ao defender a primazia da propriedade privada acima dos direitos e bens públicos, com escolas que estão sob o regulamento do Estado, revelou a generalização de uma visão empresarial. Um dos efeitos desse conjunto de políticas é a individualização dos sujeitos, sua transformação em “indivíduo-empresa”, bem como da “escola-empresa”, tal qual a relação concorrencial que há no mercado. O fator “nocivo” dessas articulações é a *base* pelo qual se orientam, que deixa-se de estar concentrada no bem-estar dos indivíduos – repercutindo na sua própria humanização –, para orientar-se pelos critérios, já mencionados, da lógica mercantil.

Todo o quadro apresentado de 2024 não demonstra ter sido encerrado, as consequências continuam presentes no cotidiano escolar do Centro Paula Souza. Em uma notícia divulgada recentemente pelo SINTEPS (2025), a alarmante redução de matrículas, o fechamento de cursos e a demissão de professores são apontados como agravantes de 3 problemas não solucionados. O primeiro, é referente a não divulgação do governo/prefeitura de São Paulo sobre os cursos, o Vestibulinho e os serviços oferecidos pelo Centro Paula Souza, impulsionando a comunicação com os jovens e tornando menos “desleal” a concorrência com a rede paralela. Outro fator, é a falta de condições para o funcionamento das unidades escolares e para o próprio Vestibulinho – em que a empresa terceirizada responsável não contribuiu com um bom serviço.

Por último, diante do modo como a superintendência do Centro Paula Souza e o governo tem reagido, o SINTEPS reivindica mais autonomia para as unidades contornarem à escassez de estudantes. Com isso, o sindicato reforça que:

O papel social da escola pública deve ser o norteador para o CEETEPS no estabelecimento dos critérios de fechamento, bem como para os critérios de ingresso. Com o oferecimento de cursos técnicos na rede estadual, queremos que os mesmos critérios de lá sejam garantidos no CEETEPS: Para turma de 40 vagas, por exemplo, mínimo de 20 inscritos; extinção de taxas para inscrições; realização de vestibulinho somente quando o número de interessados for maior que o de vagas. (SINTEPS, 2025)

Embora o tópico seja recente, é possível observar um movimento de maior precarização para a educação profissional e para a formação e o trabalho docente, trazendo à atualidade novos contextos de expansão sem recursos e de uma profissionalização precária. Além da desregulamentação, terceirização e privatização recorrente. Como consequência, o SINTEPS (2023a) sinaliza para uma gradual redução no número de jovens inscritos e ingressos no Centro Paula Souza, o fechamento de cursos, a escassez de manutenção das unidades escolares e a demissão de professores, os quais já vinham enfrentando uma série de obstáculos. Logo, há o receio dos sindicalistas, professores, pais e estudantes do direcionamento

da gestão da autarquia, que precisa se fortalecer democrática e coletivamente para garantir a sua própria autonomia e um maior nível de qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Rudervania Silva Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal. **Sistema de parceria público-privada na educação: estratégias mercantilistas para o ensino público de Manaus**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, p. 1-25, 2023.

APEOESP. **Justiça determina que licença saúde seja desconsiderada, para não prejudicar classificação na atribuição de aulas**. N.122, 15 de dezembro de 2023.

APEOESP. **Professores de SP dão prazo de 30 dias para negociação com governo do estado**. 2025. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/noticias/noticias-2025/professores-de-sp-dao-prazo-de-30-dias-para-negociacao-com-governo-do-estado/> Acesso em: 16/04/2025

ASSOCIAÇÃO DOCENTE DA USP. **Protesto de estudantes e sindicalistas em audiência pública na Seduc, realizada em 26/9, contesta plano de Tarcísio de privatizar a gestão de escolas da rede**. 2024a. Disponível em: <https://adusp.org.br/governo-do-estado/protesto-seduc-2/> Acesso em: 15/04/2025

ASSOCIAÇÃO DOCENTE DA USP. **São Paulo “na direção certa” de mais extinções, privatizações e ataques ao serviço público?** 2024b. Disponível em: <https://adusp.org.br/adusp/sp-privatiza/> Acesso em: 15/04/2025

BRASIL DE FATO. **Tarcísio de Freitas ignora críticas e eleva meta de privatizações em São Paulo**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/11/tarcisio-de-freitas-ignora-criticas-e-eleva-meta-de-privatizacoes-em-sao-paulo/> Acesso em: 10/04/2025.

DAUER, Letícia. **Governo de SP seleciona escolas com melhor desempenho acadêmico e infraestrutura para privatizar gestão e manutenção**. G1 Globo. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2024/11/29/governo-de-sp-seleciona-escolas-com-melhor-desempenho-academico-e-infraestrutura-para-privatizar-gestao-e-manutencao.ghtml> Acesso em: 12/04/2025

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

G1 GLOBO. **STF revoga decisão judicial e autoriza que governo de SP abra licitação para privatizar gestão de 33 escolas estaduais**. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/03/19/stf-revoga-decisao-judicial-e-autoriza-que-governo-de-sp-abra-licitacao-para-privatizar-gestao-de-33-escolas-estaduais.ghtml> Acesso em: 17/04/2025

LIMA, Silvia Elena; QUINTINO, Renato Menezes; BATISTA, Sueli Soares Santos. **Educação profissional e a reforma do ensino médio de 2017: financiamento e mercantilização da educação**. XIII Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza. São Paulo, São Paulo, p. 139-148, 2018.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro, p. 19-30, 1999. Disponível em: <https://barricadasabremcaminhos.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/06/texto-roberto-leher-capitalismo-e-politicas-educacionais.pdf> Acesso: 15/07/2025.

MERCURIO, Bruno Michel Costa; NOVAES, Henrique Tahan. **Expansão precarizada do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) nos anos 2000**. In: SANTOS, José Deribaldo Gomes; LIMA FILHO, Domingos Leite; NOVAES, Henrique Tahan (Org.). **Educação**

profissional no Brasil do século XXI: Políticas, críticas e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1, 2021.

MARIOTO, Anderson. **As políticas neoliberais no Centro Paula Souza: mediação e alienação do trabalho docente.** 2020. 260 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2020.

MEDEIROS, Laís de Leiros. **Políticas de gestão do Centro Paula Souza e a precarização do trabalho docente.** 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; REIS, Elydimara Dursos; ALENCAR, Felipe. **Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995–2018).** Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. 1-27, 2022.

OLIVEIRA, Caroline. **Em 2024, Tarcísio colocou São Paulo à venda; o que as privatizações implicam para o futuro?** BRASIL DE FATO. 2024a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/12/31/em-2024-tarcisio-colocou-sao-paulo-a-venda-o-que-as-privatizacoes-implicam-para-o-futuro/> Acesso em: 10/04/2025.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Resolução SEDUC Nº 78, de 25 de outubro de 2024.** Altera dispositivos da Resolução SEDUC nº35, de 18 de agosto de 2023, e dá providências correlatas. 2024. Disponível em: <https://sedsee.blob.core.windows.net/ficha/Anexo/legislacao29102024093739RESOLUÇÃO%20SEDUC%20Nº%2078,%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%202024.pdf?Time=12:30> Acesso em: 18/03/2025.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Educação Profissional no Ensino Médio.** Reunião com Diretores(as) de Escola e Supervisores(as) Líderes de Educação Profissional. 2023. Disponível em: https://sinteps.org.br/images_old/fique-por-dentro/Apresentacao SEDUC - escolas 13042023.pdf Acesso em: 15/04/2025.

SINDICADO DOS TRABALHADORES DO CENTRO PAULA SOUZA. **Inspirado em experiência fracassada da ditadura militar, governo Tarcísio atenta contra educação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade das ETECs.** 2023a. Disponível em: <https://sinteps.org.br/comunicacao/noticias/inspirado-em-experiencia-fracassada-da-ditadura-militar-governo-tarcisio-atenta-contr-educacao-profissional-e-tecnologica-gratuita-e-de-qualidade-das-etecs> Acesso em: 16/04/2025.

SINDICADO DOS TRABALHADORES DO CENTRO PAULA SOUZA. **Sinteps questiona projeto destrutivo do governo sobre ensino técnico na rede: Interesses da iniciativa privada, precarização do trabalho docente e cursos de baixa qualidade.** Vamos à luta em 13/6. 2023b. Disponível em: <https://sinteps.org.br/comunicacao/noticias/sinteps-questiona-projeto-destrutivo-do-governo-sobre-ensino-tecnico-na-rede-interesses-da-iniciativa-privada-precariozacao-do-trabalho-docente-e-cursos-de-baixa-qualidade-vamos-a-luta-em-13-6> Aceso em: 14/04/2025.

SINDICADO DOS TRABALHADORES DO CENTRO PAULA SOUZA. **Revista SINTEPS, 10 anos de história e de lutas.** 2003. Disponível em: https://sinteps.org.br/images_old/revistas/Revista%20Sinteps%20-%2010%20anos.pdf Acesso em: 15/04/2025

SINDICADO DOS TRABALHADORES DO CENTRO PAULA SOUZA. **Reajuste?!! O que é isso?!. São Paulo: Sindicato, nº 15, 2007.** Disponível em:

<https://sinteps.org.br/images/comunica/boletins/Boletim%20Sinteps%2015%20-%20Novembro%202007.pdf> Acesso em: 28/11/2024.

SINDICADO DOS TRABALHADORES DO CENTRO PAULA SOUZA. **Políticas reiteradas do Centro e do governo prejudicam cursos oferecidos nas ETECs e FATECs.** 2025. Disponível em: <https://sinteps.org.br/comunicacao/noticias/politicas-reiteradas-do-centro-e-do-governo-prejudicam-cursos-oferecidos-nas-etecs-e-fatecs> Acesso em: 28/08/2025.

SANTOS, Ellen Felício; DAL RI, Neusa Maria. **Reflexões sobre o processo de privatização da educação pública no Brasil.** In: (Org.). MARTINS, Tânia Barbosa; SABIA, Cláudia Pereira Pádua. O Desmonte da Educação Pública: Contrarreformas Empresariais. Marília: Lutas Anticapital, 2024.